

Quase 30% receberam menos de R\$ 500 por mês em 2021, diz FGV

Segundo o estudo, cenário foi impactado por crises, entre elas a pandemia

Em 2021, cerca de 29,6% da população brasileira tinha renda domiciliar per capita (por pessoa da família) de até R\$ 497 mensais. O percentual corresponde a 62,9 milhões de pessoas, o maior valor desde o começo da série histórica, iniciada em 2012. O número representa aumento de 9,6 milhões em relação a 2019. Os dados foram apresentados no Mapa da Nova Pobreza, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social) no final de junho.

O diretor da FGV Social, Marcelo Neri, comentou que o cenário foi impactado por uma série de crises, a principal delas causada pela pandemia da Covid-19. Neri destacou que, na pandemia, o nível da ocupação no mercado de trabalho sofreu grande impacto e caiu muito representando um choque nunca visto antes nas séries. O professor comentou que o Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda (BEm) amorteceu parte do impacto, mesmo assim, houve queda significativa da ocupação.

Neri vê melhora no nível de emprego: "A ocupação já voltou e observa-se a queda do desemprego e o emprego formal em alta. São excelentes notícias, mas elas acabam sendo dominadas, quando se computa tudo em ocupação e se leva em conta o salário das pessoas, a renda dos trabalhadores por conta própria e

informais", observa Neri que, ao mesmo tempo, teme que esses ganhos sejam minimizados pela inflação: "O desemprego está cedendo, mas a inflação alta corroi a renda das pessoas", completa.

O professor falou também sobre o papel do auxílio emergencial durante a crise. Segundo ele, o pagamento do benefício, que em nove meses foi equivalente a nove anos de Bolsa Família, fez com que a pobreza caísse ao nível mínimo. Mas, com a interrupção do benefício, o indicador voltou a subir. Ele cita também que, na passagem do auxílio emergencial para o programa Auxílio Brasil, mais de 20 milhões de pessoas deixaram de ser incluídas. "Quem estava no programa teve um grande benefício, mas teve as pessoas que saíram e a pobreza reflete essa flutuação da política social, que é ruim para o bem-estar da população. Esse é o segundo grupo de efeitos", concluiu, completando que, com a adoção do Auxílio Brasil, no fim de 2021, a situação melhorou.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

O estudo também analisou a composição geográfica da pobreza para identificar os seus estoques e fluxos no território brasileiro. Santa Catarina foi o estado com a menor



HENRIQUE PINHEIRO

taxa de pobreza em 2021 (10,16%). Já a maior proporção de pobres estava no Maranhão (57,90%). Entre os 146 estratos espaciais segmentados na pesquisa, o litoral e a Baixada Maranhense foram os de maior pobreza em 2021 (72,59%). Em movimento contrário, o menor foi a capital catarinense, Florianópolis (5,7%).

Na avaliação por estados, entre 2019 e 2021, o maior avanço da pobreza foi em Pernambuco (8,14 ponto percentual), seguido de Rondônia (6,31 p.p) e do Espírito Santo (5,92 p.p). Conforme o estudo, as únicas quedas de pobreza no período foram observadas em Tocantins (0,95 p.p) e Piauí (0,03 p.p).

SOBRE A PESQUISA

O foco do estudo é avaliar o nível e a evolução espacial da pobreza durante os últimos anos no Brasil, usando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (Pnad), disponibilizados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Agência Brasil)